



PUC Minas

Conjuntura Internacional

ano 3 • nº 27 • 24 a 30/09/2006 • ISSN 1809-6182

CENÁRIOS PUC MINAS

Análises

28/09/2006 – Perspectivas para o conflito árabe-israelense

Parte II : A vitória do Kadima e a continuação da plataforma política de Ariel Sharon..... p.01

Ehud Olmert, à frente do governo israelense, objetiva dar continuidade ao Plano de Retirada do ex-premiê Ariel Sharon. Após uma breve consideração histórica sobre as dificuldades enfrentadas por Sharon para obter aprovação de seu programa, questiona-se a viabilidade de Olmert angariar apoio para o que chamou de Plano de Convergência, nada mais que uma seqüência daquele iniciado por seu antecessor.

Resenhas

28/09/2006 – Afeganistão: oposição armada talebã continua após cinco anos de intervenção.....p.09

O Talebã continua a realizar oposição armada em várias partes do Afeganistão, após cinco anos de intervenção da coalizão liderada pelos EUA no país. A OTAN e os EUA têm dificuldades para estabilizar a situação e garantir um mínimo de segurança à população afegã.

28/09/2006 – XIV Cúpula do Movimento dos Países Não-Alinhadosp.11

A XIV Cúpula do Movimento dos Países Não-Alinhados ocorreu em Havana, Cuba. O Movimento, que teve início durante a Guerra Fria, é composto, majoritariamente, por países em desenvolvimento e luta para manter sua relevância no cenário internacional.

Perspectivas para o conflito árabe-israelense

Parte II: A vitória do Kadima e a continuação da plataforma política de Ariel Sharon

Análise
Segurança / Desenvolvimento

Jéssica Naime
28 de setembro de 2006

Ehud Olmert, à frente do governo israelense, objetiva dar continuidade ao Plano de Retirada do ex-premiê Ariel Sharon. Após uma breve consideração histórica sobre as dificuldades enfrentadas por Sharon para obter aprovação de seu programa, questiona-se a viabilidade de Olmert angariar apoio para o que chamou de Plano de Convergência, nada mais que uma seqüência daquele iniciado por seu antecessor.

Em análise anterior [ver [Perspectivas para o conflito árabe-israelense. Parte I: A ascensão do Hamas ao governo da Autoridade Palestina](#)], discutiu-se os processos internos à Palestina e suas possíveis conseqüências. De outro lado, a presente análise busca verificar o contexto em Israel, na tentativa de, ao cruzar as duas trajetórias, fornecer as variáveis para a compreensão das atuais perspectivas do conflito na região.

As eleições de 28 de março de 2006, em Israel, deram vitória a Ehud Olmert, sucessor político do ex-primeiro-ministro Ariel Sharon, que saiu de cena após sofrer um acidente vascular cerebral em janeiro de 2006, desde quando se encontra em coma. Olmert assumiu interinamente o governo por cerca de três meses até ser efetivamente eleito.

Olmert, ao suceder Sharon no poder, vem lidando com questões delicadas relacionadas ao tratamento do conflito com os árabes, especialmente num contexto de ascensão do Hamas [ver

[Hamas \(perfil\)](#)] à gestão da Autoridade Nacional Palestina e da tentativa de implementar o que chamou de Plano de Convergência.

Tal plano, principal plataforma política da campanha de Ehud Olmert, é uma versão modificada do Plano de Retirada¹ de Ariel Sharon, cujas negociações para sua execução foram iniciadas em maio de 2004. À luz dos enfrentamentos políticos protagonizados pelo ex-premiê, pode-se compreender o contexto da vitória de Olmert.

A gestão de Ariel Sharon e os esforços para implementação de seu plano de retirada

Inicialmente, Sharon trabalhou para angariar suporte no âmbito de seu então

¹ O Plano de Retirada implicava na completa desocupação da Faixa de Gaza, com o desmantelamento de seus 21 assentamentos, e 4 dos 72 existentes na Cisjordânia.



partido, o Likud, tendo sua proposta rejeitada por 60% dos membros [ver [Likud rejeita plano de Sharon e Retirada de Gaza: momentos decisivos para Ariel Sharon](#)]. Apesar da reduzida anuência ao plano no interior de seu próprio partido, Sharon, na seqüência, submeteu-o à aprovação no parlamento israelense – o Knesset – a qual obteve, finalmente, em outubro de 2005, após uma intrincada negociação política.

Cada etapa do plano deveria ser aprovada previamente por via parlamentar, o que impelia o premiê a ampliar as alianças partidárias. O Partido Trabalhista, liderado na época por Shimon Peres, representou a principal plataforma de apoio, argumentando, porém, que a retirada deveria vir acompanhada de avanços nas negociações com os palestinos, não significando, como muitos advogavam, uma ação unilateral que traria impactos negativos para a resolução do conflito.

Em 15 de agosto de 2005, a primeira parte do plano foi efetivamente levada a cabo, e, em 48 horas, a totalidade de Gaza e 4 assentamentos na Cisjordânia já haviam sido desocupados [ver [Começa a retirada israelense dos territórios ocupados](#)].

Entretanto, Sharon seguiu enfrentando a desaprovação de seu programa de governo por parte de correligionários, o que culminou na demissão do cargo de Ministro de Finanças e posterior candidatura de Binyamin Netanyahu à liderança do partido – o Likud –, anunciada em 30 de agosto de 2005, ameaçando o poder de Sharon e sua base governista no Knesset. Isso porque sua candidatura veio acompanhada da proposta de se anteciparem as eleições primárias do partido para novembro de 2005. Desta forma, alegando que Sharon havia se desvirtuado dos ideais do partido, Netanyahu pretendia minar a governabilidade do premiê, de forma a interromper a implementação de futuras etapas de seu Plano de Retirada por meio

da completa destituição de apoio por parte de seu próprio partido [ver [A candidatura de Netanyahu à presidência do Likud](#)]. Na ocasião, Sharon havia declarado sua retirada da legenda caso perdesse a liderança.

As prévias no âmbito do Likud foram de fato levadas a cabo em fins de setembro do mesmo ano, e deram margem estreita de vitória a Sharon, que obteve 51,4% dos votos [ver [Desdobramentos da retirada de Gaza e vitória de Ariel Sharon](#)]. Assim, Sharon continuava com o apoio do partido, contudo de uma maioria mínima, o que concedia certa instabilidade no que diz respeito ao prosseguimento de seus planos para o conflito com os palestinos. De outro lado, a derrota de Binyamin Netanyahu revelou a fragilidade da sua estratégia de enfraquecer Sharon, frustrou sua expectativa de que poderia ampliar seu poder no partido e ainda aflorou a dissonância da política do Likud – que apoiava a ocupação dos territórios em Gaza e na Cisjordânia – em relação às expectativas da população israelense. Pesquisa realizada no primeiro semestre de 2004 mostrou que cerca de 60% dos israelenses era favorável a uma retirada dos territórios ocupados. Sharon se valeu desse fato para provar que tinha o respaldo popular e persistir na implementação do plano.

Apesar de sondagens indicarem que o Likud, sob a liderança de Sharon, contaria com 38 de 120 assentos no parlamento israelense², em face de eventual pleito – dando-lhe ampla margem de manobra –, o

² Tendo em vista as peculiaridades do sistema político israelense, que será apresentado adiante, a obtenção de 38 assentos, ou cerca de 32% da representação no Parlamento, confere situação confortável ao partido. Isso porque a existência de muitas legendas e de eleições proporcionais constroem a obtenção de grande maioria da representação a um único partido. Além disso, o grupo que obtém tal participação parlamentar tem maior força para formar uma coalizão favorável à implementação de seu programa de governo.

primeiro-ministro temia sofrer futuras restrições à implementação de seus planos. A insatisfação de Ariel Sharon com os constrangimentos que vinha sofrendo em seu partido o levou, então, a se desligar do Likud - de centro-direita - e a formar uma nova legenda, o Kadima - de centro. A decisão foi comunicada em 21 de novembro de 2005 [ver [Ariel Sharon retira-se do Likud e cria novo partido](#)]. Ao fazê-lo, dissolveu o gabinete e solicitou a antecipação das eleições parlamentares.

Paralelamente às conturbações no Likud, o partido Trabalhista também foi palco de episódio que viria a conformar o cenário político israelense. O líder da legenda, Shimon Peres, vinha concedendo apoio à plataforma política de Sharon por meio da formação de coalizão governista com o Likud. O descontentamento da maioria do partido com o programa de austeridade econômica e a abordagem unilateral empregada a questões de segurança conduziram à derrota de Peres nas eleições primárias, realizadas em 9 de novembro de 2005. Estas outorgaram a Amir Peretz a liderança Trabalhista, que, ao assumir o cargo, retirou sua base de apoio ao Likud e pressionou pela antecipação das eleições parlamentares. Tal fato teria também contribuído para a subsequente decisão de Sharon em retirar-se do Likud.

Shimon Peres, em vista da perda de respaldo no cerne do partido e da criação, na seqüência, da nova legenda encabeçada por Sharon, declarou, em 30 de novembro de 2005, seu desligamento do Trabalhista e seu apoio ao plano de retirada do premiê. Este prontamente afirmou que Peres ocuparia cargo superior em seu novo partido [ver [Shimon Peres retira-se do Partido Trabalhista e promete apoio a Sharon](#)].

Assim, a criação do Kadima representou o ápice do esforço de se constituir um partido que abrangesse membros moderados - e que estivessem comprometidos com programa de retirada

- do centro-direita Likud, do centro-esquerda Trabalhista e do liberal Shinnui. Este último representava, seguido do Trabalhista, a terceira maior base governista do Likud. O partido desintegrou-se depois que muitos de seus filiados, inclusive seu líder, se juntaram ao Kadima, de Sharon, e o que restou dele não alcançou um mínimo de 2% dos votos no pleito de março de 2006 de modo a obter um assento no Knesset.

Ariel Sharon aproveitou-se do ambiente favorável para assegurar a execução de seu plano a partir da formação da nova legenda. Para tanto, valeu-se do respaldo popular e de parlamentares. A nova situação lhe conferiu maior autonomia e poder decisório, além de resguardo com relação a possíveis tentativas de correligionários oponentes de minar sua governabilidade e apoio no Knesset. Emergiu da situação com considerável suporte: pesquisa de opinião³ apontava para a obtenção de 33 assentos no parlamento pelo Kadima, 26 pelo Trabalhista e apenas 12 pelo Likud, em contraste com os 40 que ocupava enquanto sob o comando de Sharon.

Tais eventos protagonizados na arena política de Israel alteraram o jogo de forças internas: Sharon saiu fortalecido, tendo ampla base de sustentação em seu novo partido, afastando a possibilidade de ser feito refém por supostos aliados. O Kadima, enquanto nova legenda, atraiu grande parte das intenções de voto, o que garantiu a vitória nas eleições de março de 2006 e a conseqüente prerrogativa de montar o gabinete. A credibilidade do partido tem raiz no estofo político e respeitabilidade relacionados à figura de Sharon, atrelados à presença de personalidades importantes que vieram a constituir o Kadima, como Tzipi Livni, Ehud Olmert e o próprio Shimon Peres, outrora primeiro-ministro israelense, e o qual teria atraído consideráveis votos para

³ Pesquisa publicada no Jerusalem Post, em 21 de novembro de 2005.

o partido.

A saída de Sharon – e consigo de outras personalidades políticas de prestígio – implicou, ademais, no enfraquecimento do Likud e da figura de Netanyahu. Sua fracassada tentativa de boicotar Sharon ao interpor sua candidatura à dele para a liderança do partido acabou por culminar, no limite, na derrota do Likud – já sob sua liderança – nas eleições de março de 2006. A perda de popularidade de Netanyahu, que também já ocupou a pasta de primeiro-ministro – se deu igualmente entre o núcleo tradicional de eleitores do Likud, descontentes com o programa de austeridade fiscal que adotou enquanto Ministro das Finanças na gestão de Sharon.

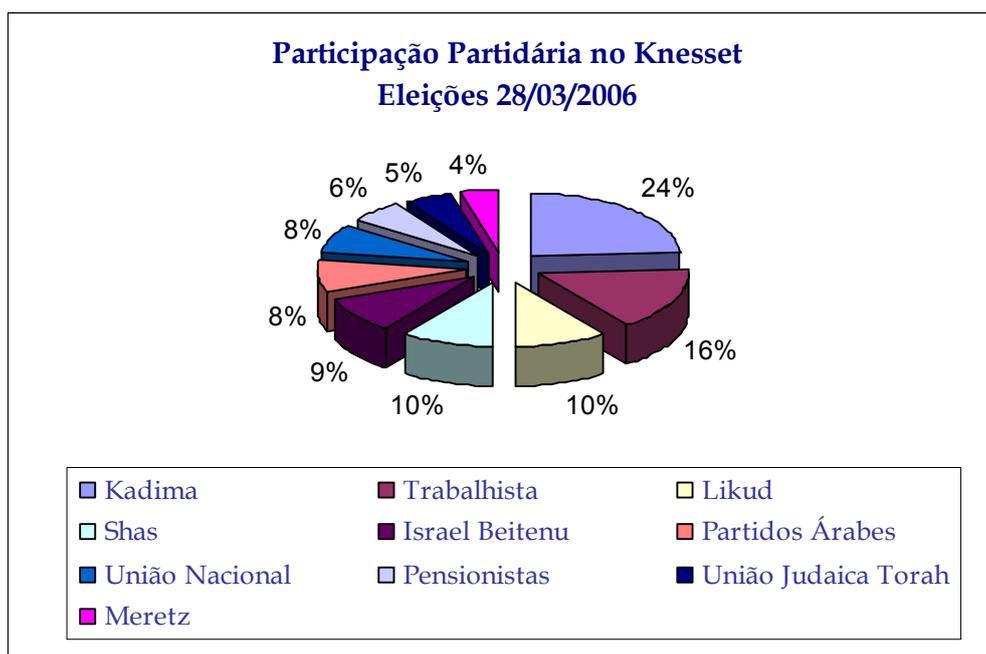
O colapso de Sharon, em 04 de janeiro de 2006, ocorreu em meio à campanha eleitoral, na qual liderava dentre as intenções de voto. Em face da constatação da incapacidade de Sharon continuar atuando, o vice-chanceler Olmert foi o candidato do novo partido. Likud e Shinnui, em vista da perda de poder, ainda ventilaram a possibilidade de adiar as eleições por um ano, acreditando que com a ausência de Sharon conseguiriam reaver sua influência no governo. Contrariamente, o sufrágio foi levado a cabo em 28 de março de 2006.

O pleito e a formação da coalizão governamental

O Kadima venceu as eleições com estreita margem de diferença, diferentemente do que se esperava ocorrer se estivesse sob a liderança de Sharon. Angariando menor participação que o esperado – 29 assentos – teve que negociar uma coalizão para poder implementar seu programa. Na ocasião, Olmert – primeiro-ministro eleito –, alertou que todos os partidos da aliança deveriam concordar com seu plano de fixar permanentemente as fronteiras de Israel, com ou sem um entendimento com os palestinos.

O partido Trabalhista, segunda maior representação no Knesset – com 19 assentos –, aceitou a parceria, ecoando, entretanto, a preferência por um arranjo multilateral, ao invés de unilateral, concernente ao plano de convergência. O líder, Amir Peretz, assumiu a pasta de Ministro da Defesa no novo gabinete.

A coalizão governamental foi ainda formada pelo partido dos Pensionistas (que obteve 7 assentos) e o Shas (12 assentos), totalizando uma representação de 56% ou 67 assentos no Knesset, dos 50% mais um necessários para compor a maioria – vide gráfico a seguir.



O sistema eleitoral israelense

O sistema político israelense é centrado no poder parlamentar, e apresenta separação parcial de poderes: de um lado encontra-se o Judiciário, e, de outro, o Executivo e o Legislativo. A figura do presidente é meramente representativa, sendo eleito pelo Legislativo. Assim, a principal instância de poder é o Parlamento (Knesset), já que o sistema de representação é unicameral.

Não há uma constituição formal, mas sim um conjunto de leis básicas de caráter constitucional que regem o funcionamento e estrutura governamentais, os direitos individuais e algumas outras questões essenciais. Tentativas de se consolidar uma carta magna foram frustradas por partidos que temiam a formal separação entre o Estado e a religião.

O sistema eleitoral é baseado na representação proporcional de âmbito nacional⁴, no qual os eleitores⁵ votam em uma legenda partidária composta por uma lista de candidatos. Os 120 assentos são distribuídos entre as legendas proporcionalmente à quantidade de votos obtidos por cada uma. Os primeiros candidatos da lista de cada partido são aqueles que irão ocupar tais assentos, até o limite de vagas alcançadas. As legendas que não conseguirem um mínimo de 2% dos votos válidos não têm direito a comporem o Knesset.

O presidente escolhe o líder do partido com as melhores condições de formar uma coalizão⁶ para formar o gabinete governamental. Uma vez que na história

do Knesset nenhum partido alcançou, sozinho, a maioria das cadeiras, uma coalizão governamental é necessária para garantir a governabilidade.

O sistema eleitoral em Israel permite, portanto, que os diferentes grupos sociais sejam devidamente representados nos governos, já que o número de assentos de uma legenda é determinado pela sua base de sustentação na sociedade. A princípio, qualquer grupo político pode participar das eleições, desde que esteja devidamente registrado. Além disso, duas ou mais legendas podem se unir para formar uma única lista, a concorrer no sufrágio. É vetada a participação de grupos que: atuem direta ou indiretamente contra o Estado de Israel ou o povo judeu; incitem ou pratiquem racismo; que apóiem/financiem a luta armada de algum inimigo ou organização terrorista que opere contra o país.

As eleições parlamentares e a formação de novo governo devem ocorrer a cada quatro anos. Contudo, o Knesset pode decidir, por maioria simples, dissolver-se; também pode fazê-lo o primeiro-ministro, que solicita ao presidente a antecipação das eleições. Entretanto, o parlamento pode barrar tal iniciativa. Ariel Sharon lançou mão de tal prerrogativa, e foi bem sucedido na intenção de usar as eleições para corroborar o apoio popular. De outro lado, o mandato pode ser expandido, o que deve ser consentido por maioria especial, em casos excepcionais.

O governo de Ehud Olmert e a relação com o Hamas

Olmert conduziu sua campanha considerando-a como um referendo sobre a continuação do plano de retirada, que sob sua gestão denominou Plano de Convergência⁷. Sua vitória corroborou seu

⁴ O que significa que o Estado inteiro seria considerado como um único distrito eleitoral.

⁵ Pessoas maiores de 18 anos são credenciadas a votar e aqueles maiores de 21 podem candidatar-se a um cargo eletivo.

⁶ Não necessariamente o líder com as melhores condições é aquele cujo partido obteve a maioria dos votos, apesar de isso se constituir quase uma constante na formação dos governos israelenses.

⁷ O Plano de Convergência seria uma versão do Plano de Retirada de Gaza só que para a Cisjordânia. As fronteiras de Israel convergiriam

programa e agora pretende trabalhar para implementá-lo. Em sua versão mais expandida, o plano prevê a convergência das fronteiras israelenses para oeste da barreira que vem sendo erguida na Cisjordânia. A proposta é que Israel anexe definitivamente cerca de 10% do território da Cisjordânia, incluindo assentamentos e regiões históricas na porção leste de Jerusalém. Estas áreas seriam separadas pela barreira em construção [ver Mapa: [Barreira israelense em territórios palestinos](#)]. A expansão dos assentamentos à oeste da barreira se daria concomitante à retirada dos atuais 72 à leste – que representam uma população de aproximadamente 60 mil pessoas [ver Mapa [Colônias israelenses em território palestino](#)]. O que se questiona é a capacidade do primeiro-ministro em aprovar tais medidas, já que não tem maioria ampla suficiente no parlamento. Olmert tampouco tem a estatura política de Sharon.

O cenário é ainda pior quando consideramos a unilateralidade da proposta. É evidente que os palestinos não acatarão a decisão pacificamente. Até mesmo o Presidente da Autoridade Palestina (AP), Mahmoud Abbas (que tem indicado boa vontade para negociar), declarou que a situação não se sustentaria. “Eles [Israel] vão demarcar as fronteiras, se retirar e dizer ‘este é o seu Estado’. E querem o nosso Estado dentro do limite do muro, sem negociação. Ninguém vai aceitar. A luta vai continuar”, afirmou em entrevista ao jornal britânico *The Guardian*.

Segundo o analista Ramzy Baroud, a convergência é de assentamentos, e não de Israel. O exército irá permanecer nas áreas desocupadas para garantir a segurança do

para oeste, paralelamente a um programa de consolidação e expansão de outros assentamentos na mesma região. O intuito é fixar as fronteiras e anexar definitivamente parcela dos territórios referentes a tais assentamentos. Envolve, ademais, o controle de recursos naturais importantes como o hídrico.

território israelense, controlando, assim, o fluxo de pessoas, bens e serviços. A parcela deixada aos palestinos continuaria ser monitorada pelas Forças de Defesa Israelense. A proposta não dá condições à formação de um Estado soberano e com viabilidade econômica para se auto-prover.

O governo estadunidense não manifestou apoio explícito ao plano. Entretanto, em duas ocasiões as declarações de Washington indicam uma espécie de consentimento tácito. A Secretária de Estado, Condoleezza Rice, pontuou em 30 de março de 2006: “eu não diria que nós não acreditamos haver algum valor no que Israel está propondo”. Em ocasião da visita de Olmert aos Estados Unidos (EUA), em maio de 2006, o Presidente George Bush reafirmou que o país não iria reconhecer uma fronteira criada sem um acordo com os palestinos. Mas elogiou “as idéias audaciosas de Olmert que poderiam conduzir a uma solução para os dois Estados se um caminho para progredir no Mapa da Paz não estiver aberto daqui pra frente”. Analistas são céticos de que Israel somente agiria com a anuência dos Estados Unidos, ou menos ainda do Quarteto⁸. Apóiam-se na história para afirmá-lo, lembrando as inúmeras situações que o Estado teria agido contrariamente ao recomendado por atores de peso internacionalmente.

A iminência e seguinte ascensão do Hamas ao governo da Autoridade Palestina parece ter servido de legitimidade para a execução do plano. O governo de Olmert declarou um boicote à gestão Hamas, tendo cortado o repasse fiscal que sustenta em grande parte a Palestina. Afirmou que não negociaria com grupos terroristas e interrompeu as conversas com o Presidente Abbas, chefe da Organização para Libertação da Palestina (OLP) – única instituição

⁸ Grupo que intermedia as negociações na Palestina formado por EUA, Rússia, União Européia e Organização das Nações Unidas.

palestina reconhecida por Israel, exigindo que Abbas pressionasse o grupo a atender as exigências internacionais para então poder gozar de plena governabilidade. Olmert, assim, transferiu os custos para os palestinos.

Muito se questionou se a retirada israelense dos territórios ocupados revelaria uma inconsistência de sua política; ou um resultado da pressão internacional sofrida; ou ainda a percepção de que a presença em Gaza era impraticável ou não ética. O Hamas chegou a clamar vitória em face da desocupação de Gaza, afirmando que a postura teria sido decorrente do sucesso dos meios que empregava para afrontar Israel. Alguns políticos israelenses (inclusive no âmbito do Likud) também declararam que a decisão representaria demonstração de fraqueza. Diferentemente, a empreitada de Israel nada tem a ver com concessão, ou convencimento do direito palestino a um Estado, mas sim com transferência de ônus.

Israel pode usar seu desengajamento dos territórios palestinos como argumento para dizer estar fazendo a sua parte no processo de paz e deixar que os palestinos respondam pelo não avanço nas negociações. Nesse sentido, o fardo dos palestinos nunca foi tão grande.

A retirada é também uma forma de pressionar para a alteração da conduta dos grupos palestinos que utilizam a violência para obter ganhos políticos. Conforme discutido na Parte I dessa análise, a estratégia parece surtir efeito. O Hamas promoveu um cessar-fogo de cerca de 18 meses, e apesar dos conflitos recentes de junho e julho de 2006, o grupo aprovou um documento intitulado Carta dos Prisioneiros no qual reconhece, tacitamente, Israel e outros acordos previamente estabelecidos. Conseguiu-se também que o Hamas se juntasse ao Fatah em coalizão na liderança da OLP.

O que não se sabe é se, apesar das

demonstrações de que o Hamas pode ceder e paulatinamente conformar-se às exigências internacionais (e de Israel, mais especificamente), o governo de Olmert irá mesmo assim pôr em prática seu plano unilateral de retirada. Tal decisão de forma nenhuma contribuiria para a sustentabilidade de um Estado palestino soberano e demonstraria o não comprometimento de Israel com as negociações.

Os palestinos clamam pela desocupação israelense até a configuração do território estabelecida em 1967, reafirmada pela amplamente aceita resolução 242, datada do mesmo ano, da Organização das Nações Unidas [ver Mapa [Israel e territórios palestinos](#)]. Baseado em tal reconhecimento internacional, parece pouco provável que os palestinos aceitem menos do que foi estabelecido na ocasião.

Referência

- BAROUD, Ramzy. **The Great Gaza Border Deal: what does it mean?** Palestine Chronicle. 22 nov 2005. Disponível em www.palestinechronicle.com. Acesso em 08 jun 2006.
- BASKIN, Gershon. **Time to get beyond the road map.** The Jerusalem Post – Israel/Palestine Center for Research and Information. 23 mai 2006. Disponível em www.ipcri.org. Acesso em 31 mai 2006.
- CARTER, Jimmy. **It's not too late for lasting peace in the Middle East.** Disponível em www.guardian.co.uk. Acesso em 20 mar 2006.
- FOUNDATION FOR MIDDLE EAST PEACE. **Report on Israeli settlement in the occupied territories.** mai-jun 2006. Nº 03, Volume 16.
- ZEIHAN, Peter. **Kadima's win: prospects for a territorial divorce.** Geopolitical Intelligence Report. 28 mar 2006.

Stratfor.

Sites:

BBC News

<http://news.bbc.co.uk/>

Bitter Lemons: Palestinian - Israeli Crossfire

<http://www.bitterlemons.org/>

Fox News

<http://www.foxnews.com/>

Haaretz

<http://www.haaretzdaily.com/>

International Crisis Group

<http://www.crisisgroup.org/>

Israel/Palestine Center for Research and Information

<http://www.ipcri.org/>

Knesset

<http://www.knesset.gov.il/main/eng/home.asp>

Ministério das Relações Exteriores de Israel

<http://www.mfa.gov.il>

Reuters

<http://www.reuters.com>

Safe Democracy Foundation

<http://english.safe-democracy.org>

Strategy Page

<http://strategypage.com/>

The Jerusalem Post

<http://jpost.com/>

The Jerusalem Times

<http://www.jerusalem-times.net/>

Zionism and Israel - Encyclopedic Dictionary

<http://www.zionism-israel.com/dic/politicalsystem.htm>

Ver também:

13/08/2006 - [Perspectivas para o conflito árabe-israelense. Parte I: A ascensão do Hamas ao governo da Autoridade Palestina](#)

30/06/2006 - [Israel ataca Faixa de Gaza](#)

07/12/2005 - [Shimon Peres retira-se do Partido Trabalhista e promete apoio a Sharon](#)

24/11/2005 - [Ariel Sharon retira-se do Likud e cria novo partido](#)

07/10/2005 - [Desdobramentos da Retirada de Gaza e Vitória de Ariel Sharon](#)

16/02/2005 - [Hamas \(Perfil\)](#)

17/11/2004 - [Palestina e Israel: Acordos de Oslo, Camp David II e Mapa da Paz](#)

05/11/2004 - [Desdobramentos decisivos no conflito árabe-israelense: Arafat e a retirada israelense da Faixa de Gaza](#)

26/08/2004 - [Ariel Sharon X Likud: novos e antigos obstáculos à consecução do plano de retirada de Gaza](#)

12/08/2004 - [Política israelense: a retirada de Gaza e a construção de uma barreira de separação na Cisjordânia](#)

10/06/2004 - [A aprovação do plano de retirada pelo gabinete ministerial israelense](#)

Afeganistão: oposição armada talebã continua após cinco anos de intervenção

Resenha
Segurança / Desenvolvimento

Luiz Fernando Neiva Liboreiro
28 de setembro de 2006

O Talebã continua a realizar oposição armada em várias partes do Afeganistão, após cinco anos de intervenção da coalizão liderada pelos EUA no país. A OTAN e os EUA têm dificuldades para estabilizar a situação e garantir um mínimo de segurança à população afegã.

Mesmo com a deposição do governo talebã, ocorrida meses depois da intervenção da coalizão liderada pelos EUA; a eleição de um novo presidente, Hamid Karzai, em 2004; e, com a chegada das tropas da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) ao sul do país, em maio de 2006; a situação no Afeganistão não se tranquilizou. Embora tendo perdido quase a totalidade das terras das quais tinha controle, o Talebã continua a fazer oposição armada em algumas regiões do país. Estima-se que haja de 8 a 12 mil membros da milícia em solo afegão, segundo oficiais da coalizão. O maior foco de resistência da referida milícia se encontra no sudeste do país, numa região de difícil acesso, próxima à fronteira com o Paquistão.

O Afeganistão possui uma história marcada por intervenções estrangeiras, o que demonstra, em certa medida, a fragilidade política do país. Em 1919, uma intervenção internacional pôs fim à guerra entre o país e o Reino Unido, o que elevou o país à condição de Estado independente. Em 1979, ocorreu a invasão da União das

Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) que durou até o ano de 1989. Os soviéticos foram expulsos do Afeganistão por milícias financiadas pelos Estados Unidos da América (EUA). Finalmente, em 2001, ocorreu a intervenção da coalizão liderada pelos EUA no país, sob o pretexto de capturar terroristas ligados aos atentados de 11 de setembro do mesmo ano. Os atentados foram atribuídos ao grupo terrorista Al Qaeda, liderado por Osama Bin Laden, que tinha ligações com o Talebã, milícia que controlava cerca de 90% do território afegão desde 1996.

A OTAN, por intermédio de seu Secretário-Geral, Jaap de Hoop Scheffer, relatou que a operação aliada é mais difícil do que se esperava, por causa da forte resistência implementada pelo Talebã. Scheffer reforçou que é necessário o envio de mais tropas ao Afeganistão. O Ministro da Defesa do Reino Unido, Des Browne, endossou as palavras do secretário-geral da OTAN e acrescentou que a missão da Organização é de extrema importância para todo o mundo e para sua própria credibilidade, visto que é a primeira vez que aquela atua fora dos limites europeus.

A Polônia, até o presente momento, é a única que anunciou que em fevereiro de 2007 enviará cerca de mil soldados, os quais integrarão as forças de paz da OTAN no Afeganistão. No entanto, segundo oficiais da Organização, seria necessário cerca de mais 1,5 mil homens para o efetivo reforço das suas tropas.

A França, no entanto, demonstra sua insatisfação quanto ao pedido da OTAN, acerca do envio de mais homens. Por intermédio de sua Ministra da defesa, Michele Alliot-Marie, o governo francês reiterou que há um grande número de soldados franceses em várias regiões do mundo e que o contingente presente no Afeganistão (concentrado na região da capital, Kabul), é suficiente e que já foi reforçado quando do recebimento do comando da região. Alliot-Marie argumentou que, outros países-membros da Organização podem reforçar as tropas, visto que não estão presentes em tantas regiões do planeta.

Os EUA, através do Secretário de Defesa, Donald Rumsfeld, reiteram que a OTAN já tem tropas suficientes para contribuir com o esforço de estabilização do Afeganistão. Rumsfeld demonstrou sua satisfação com o tamanho da missão militar enviada pela OTAN, visto que, pela primeira vez ela atua fora de sua zona, o continente europeu. Estima-se que exista cerca de 37 mil soldados estrangeiros no Afeganistão, dos quais metade é da OTAN e a outra metade, dos EUA.

Após cinco anos de presença da coalizão liderada pelos EUA em solo afegão, observa-se que a situação não se estabilizou. A oposição armada talebã prossegue, oferecendo um campo fértil para a instabilidade política do país. O Afeganistão possui uma democracia frágil, reflexo das fracas instituições políticas e sociais que ali vigoram. Democracia que só se mantém por ocasião da presença das tropas estrangeiras em seu território. A saída da coalizão não

deve acontecer num futuro próximo, pois colocaria a perder todo o pouco que foi construído.

Referência

Sites:

BBC Brasil

<http://www.bbc.co.uk/portuguese>

Folha Online

<http://www.folhaonline.com.br>

CNN

<http://www.cnn.com>

Wikipedia

<http://www.wikipedia.org/>

Ver também:

22/10/2004 - [Eleições no Afeganistão dão vitória a atual presidente](#)

29/09/2005 - [Eleições no Afeganistão](#)

26/05/2006 - [Violência aumenta no Afeganistão](#)

XIV Cúpula do Movimento dos Países Não-Alinhados

Resenha
Desenvolvimento / Segurança

Lígia Franco Prados Mello
28 de setembro de 2006

A XIV Cúpula do Movimento dos Países Não-Alinhados ocorreu em Havana, Cuba. O Movimento, que teve início durante a Guerra Fria, é composto, majoritariamente, por países em desenvolvimento e luta para manter sua relevância no cenário internacional.

Cinco décadas após a realização da Conferência Afro-Asiática de Bandung, que deu origem ao Movimento dos Países Não-Alinhados (NOAL – sigla em inglês), realizou-se em Havana, Cuba um encontro entre os 116 países que, ainda hoje, integram esse Movimento.

No ano de 1955, chefes de Estado de 29 países dos continentes africano e asiático reuniram-se a convite dos primeiros-ministros da Birmânia (atual Mianmar), do Ceilão (atual Sri Lanka), da Índia, da Indonésia e do Paquistão, com o objetivo de criar um grupo de países que não se envolvessem em confrontos entre grandes potências. A Primeira Reunião de Cúpula do Movimento ocorreu em 1961, em Belgrado, Iugoslávia, com delegações de 25 países. O Movimento dos Não-Alinhados reúne, desde então, Chefes de Estado e de Governo a cada três anos. Os princípios básicos que norteiam o Movimento se traduzem nos objetivos da política de não alinhamento, de acordo com o texto final da Conferência de Bandung, são eles:

1. Respeito aos direitos humanos fundamentais e aos objetivos e princípios da Carta das Nações Unidas.
2. Respeito à soberania e integridade territorial de todas as nações.
3. Reconhecimento da igualdade de todas as raças e a igualdade de todas as nações, grandes e pequenas.
4. A abstenção de intervir ou interferir nos assuntos internos de outro país.
5. O respeito ao direito a defender-se de cada nação, individual ou coletivamente, em conformidade com a Carta da ONU.
6. A abstenção do uso de pactos de defesa coletiva a serviço de interesses particulares de quaisquer das grandes potências.
7. A abstenção de todos os países de exercer pressões sobre outros países.
8. Abster-se de realizar atos ou ameaças de agressão, ou de utilizar a força contra a integridade territorial ou a independência política de qualquer país.
9. A solução pacífica de todos os conflitos internacionais, em conformidade com a Carta da ONU.
10. A promoção aos interesses mútuos e à cooperação.

11. O respeito à justiça e às obrigações internacionais.

O Movimento dos Países Não-Alinhados apesar de composto, hoje, por 116 países membros encontra dificuldades para se manter relevante no cenário internacional, tendo em vista que se estabeleceu durante a Guerra Fria. Voltou, porém, a ser bastante noticiado no mês de setembro de 2006, em decorrência da XIV Cúpula, que reuniu representantes de 118 países, entre os dias 11 e 16 de setembro de 2006. A Cúpula ganhou grande notoriedade porque não contou com a presença de Fidel Castro, que se recupera de uma cirurgia no intestino e, além disso, tratou de temas como a crise do programa nuclear do Irã, o terrorismo e reformas do Conselho de Segurança da ONU.

A XIV Cúpula do NOAL teve grande repercussão, entre outros fatores, porque Raul Castro discursou, pela primeira vez, como presidente interino de Cuba. Como presidente em exercício declarou que: “Nossos países não têm alternativa a não ser unir-se e empreender ações para vencer os obstáculos comuns que enfrentam”.

Vale lembrar que o Movimento é composto, majoritariamente, por países em desenvolvimento. Durante a Cúpula, esses países, por meio de seus representantes, condenaram a agressão ao Líbano feita por Israel, manifestaram solidariedade ao povo palestino, criticaram o embargo estadunidense a Cuba, além de criticar a unilateralidade estadunidense no cenário internacional.

Ademais, o apoio do presidente venezuelano ao Irã ficou claro. Hugo Chávez, que fez um discurso antiimperialista, defendeu que: “Somos ou não somos. Somos companheiros ou não somos companheiros. Somos irmãos ou não somos irmãos (...) demonstramos. Peço todo o apoio para o povo e o governo do Irã no desenvolvimento de seu direito soberano de avançar suas investigações e de continuar sem que nada

esteja ameaçando ou sancionando sua energia atômica”. Além de Chávez, o presidente boliviano, Evo Morales, também demonstrou seu apoio ao Irã. O Movimento, de maneira geral, se posicionou favorável ao desenvolvimento nuclear com fins pacíficos, e pediu ao presidente iraniano, Mahmud Ahmadineyad, que continue cooperando com a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA).

Segundo o Chanceler Cubano, Felipe Pérez Roque, houve consenso nos temas mais delicados. Os chefes de Estado e chanceleres dos 118 países representados na Cúpula discutiram ainda sobre a necessidade de uma reforma no Conselho de Segurança da ONU, e buscaram na reunião entre os chefes de Estado e de governo estabelecer uma frente antiamericana. Nem todos os 116 países membros concordam por unanimidade com o tom antiamericano forte que foi dado ao Movimento. Afinal, países como a Índia e o Paquistão, são aliados dos Estados Unidos no que tem sido chamado de guerra contra o terror.

No fim da XIV Cúpula do Movimento dos Países Não-Alinhados, cinquenta e seis chefes de Estado e noventa chanceleres dos 116 membros da América Latina, Ásia, Europa e África ratificaram o documento final na intenção de reforçar os laços Sul-Sul e se opor às medidas coercitivas de qualquer país, do terrorismo, de agressões e de guerras.

Referência

Sites:

BBC

<http://www.bbc.co.uk/portuguese>

CNN

<http://cnn.com>

El Clarín

<http://clarin.com>

Folha Online

<http://www.folhaonline.com.br>

La Razón

<http://www.la-razon.com>

Conjuntura Internacional

Pontifícia Universidade Católica - MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Prof. Eustáquio Afonso Araújo

Vice-reitor: Dom Joaquim Giovanni Mol Guimarães

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôrres

Conjuntura Internacional

Chefia do Depto de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação-Geral: Prof. Javier Vadell

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine; Prof. Eugenio Diniz; Prof. Rodrigo Corrêa Teixeira

Membros: André Lemos Klausing; Frederico de Faria e Silva; Jéssica Naime; Layla Dawood; Lígia Franco Mello; Luiz Fernando Liboreiro; Raphael Rezende Esteves; Tiago Cerqueira Lazier; Wesley Robert Pereira.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av: Dom José Gaspar, 500 Prédio 04 - Coração Eucarístico - Belo Horizonte - MG - CEP 30535-901 Tel: (31)3319-4257 email: ci@pucminas.br website: <http://www.pucminas.br/conjuntura>

